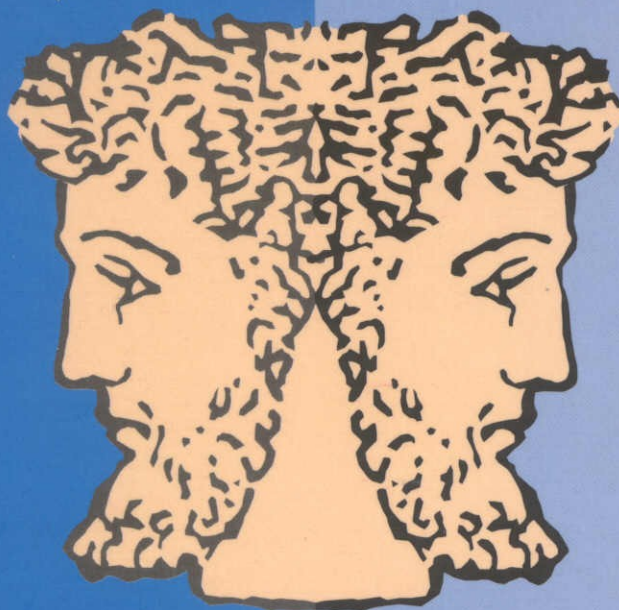


JANUS 2001



anúário de relações exteriores

Portugal e o mundo

Aspectos da conjuntura internacional

Tópicos comparativos da sociedade portuguesa

A "arquitectura" política europeia

O ponto da situação da construção política

O inventário das propostas para o futuro

Actualidade das migrações

As migrações internacionais

A emigração portuguesa

A imigração para Portugal

PUBLICO

&



UNIVERSIDADE
AUTÓNOMA
DE LISBOA

	Apresentação	Luís Moita e José Manuel Fernandes	7
1.1 Portugal e o mundo: aspectos da conjuntura internacional			
1.1.1	As recentes negociações no quadro da OMC	Pedro Pinto	10
1.1.2	A nova economia (americana)	Manuel Farto	12
1.1.3	Mercados e matérias-primas	Henrique Morais	14
1.1.4	NATO, Rússia e segurança europeias após o Kosovo	Luís Leitão Tomé	16
1.1.5	G5..., G6..., G7..., G8..., G?	António Monteiro	18
1.1.6	A UE, a NATO e as zonas de turbulência no leste e sudeste europeu	José Manuel Félix Ribeiro	20
1.1.7	A política monetária e os tortuosos caminhos do euro	Henrique Morais	22
1.1.8	A UE e o Mediterrâneo	Carla Folgôa e Elisabete Palma	24
1.1.9	Europa Central e de Leste: dez anos de transição	António de Almeida	26
1.1.10	O fundamentalismo islâmico em mutação	José Goulão	28
1.1.11	O contexto internacional da crise timorense	Carlos Gaspar	30
1.1.12	Timor-Leste no semanário "Expresso"	Graça Maros	32
1.1.13	Modelos de protecção social e seus limites	Joaquim Aguiar	34
1.2 Portugal e o mundo: tópicos comparativos da sociedade portuguesa			
1.2.1	Portugal nas organizações políticas internacionais	José Calvet de Magalhães	36
1.2.2	Portugal nos relatórios da Amnistia Internacional	Luís Silveira	38
1.2.3	Portugal e as convenções de ambiente	Ana Fernandes	40
1.2.4	Competitividade em queda	Graça Franco	42
1.2.5	O desequilíbrio externo da economia portuguesa	Francisco Mendes	44
1.2.6	Sociedade da informação: Portugal numa comparação internacional	José Elias	46
1.2.7	Os desafios da sociedade de informação	José Amado da Silva	48
1.2.8	As tecnologias da informação e comunicação nas escolas	Lurdes Camacho	50
1.2.9	A televisão na era da globalização: Portugal e os outros	Euclides de Sousa	52
1.2.10	Rede urbana portuguesa: uma visão internacional (I)	João Ferrão	54
1.2.11	Rede urbana portuguesa: uma visão internacional (II)	João Ferrão	56
1.2.12	Há 30 milhões de pessoas no Portugal dos PDM's	Clara Viana	58
1.2.13	O medicamento: contributo para a saúde pública e impacte social	Rui Santos Ivo	60
1.2.14	Sistemas de saúde	João Feliciano	62
1.2.15	Turismo, cultura e economia	Brígida Brito	64
1.2.16	Do Estado social ao Estado penal?	Teresa Sá	66
2.1 A "arquitectura" política europeia: os mapas dos impérios à actualidade			
	A Europa à procura de si mesma	Eduardo Lourenço	71
	Império romano		72
	Império carolíngio		72
	Sacro Império romano-germânico		73
	Império de Carlos V		73
	Império napoleónico		74
	O III Reich de Hitler		74
	A Europa de Bruxelas: a Europa dos 15, a União Europeia		75
	A Europa de Washington: a Europa dos 19, a Europa da NATO		75
	A Europa de Estrasburgo: a Europa dos 41, do Conselho da Europa e dos Direitos Humanos		76

A Europa de Frankforte: a Europa dos 12, a zona do euro	76
A Europa de Schengen: a Europa dos 13 + 2 - a Europa-fortaleza, da livre circulação e da protecção das fronteiras	77
A Europa de Helsínquia: a Europa dos 55, a pan-Europa da OSCE	77

2.2 A "arquitectura" política europeia: as propostas

2.2.1	As antigas propostas para a paz na Europa	Elisabete Palma	78
2.2.2	Antecedentes históricos: EUA e Alemanha	Luís Nuno Rodrigues	80
2.2.3	O federalismo como forma de organização política de grandes espaços	Catarina Albuquerque	82
2.2.4	As etapas da integração económica	Carla Folgôa	84
2.2.5	A evolução política europeia	Carla Folgôa e Elisabete Palma	86
2.2.6	Da Comunidade à União: a evolução das instituições	Carla Folgôa e Elisabete Palma	88
2.2.7	A Europa das regiões	Carla Folgôa e Elisabete Palma	90
2.2.8	A defesa comum europeia	Luís Leitão Tomé e Paula Monge Tomé	92
2.2.9	Política externa e política de defesa na Europa	Paula Monge Tomé e Luís Leitão Tomé	94
2.2.10	Forças multinacionais europeias	Paula Monge Tomé	96
2.2.11	Que fronteiras para a União?	Carla Folgôa	98
2.2.12	As quinze cores da Europa	Teresa de Sousa	100
2.2.13	Os partidos portugueses e a construção europeia (I)	Observatório de Relações Exteriores	102
2.2.14	Os partidos portugueses e a construção europeia (II)	Observatório de Relações Exteriores	104
2.2.15	Modelos teóricos para a construção europeia	Observatório de Relações Exteriores	106
2.2.16	Qual Europa para o futuro? (I)	Elisabete Palma	108
2.2.17	Qual Europa para o futuro? (II)	Elisabete Palma	110
2.2.18	Qual Europa para o futuro? (III)	Elisabete Palma	112

3.1 Actualidade das migrações: migrações internacionais

3.1.1	Os movimentos de populações na história	Óscar Soares Barata	116
3.1.2	Novas tendências migratórias à escala mundial	Han Entzinger	118
3.1.3	A Europa e os migrantes na viragem do século	João Maria Mendes	120
3.1.4	Tendências migratórias nos países europeus da OCDE	Margarida Rebelo	122
3.1.5	Racismo e xenofobia na Europa	Carla Folgôa, Elisabete Palma e Inês Costa Pessoa	124
3.1.6	Racismo e xenofobia nos Estados Unidos da América	Nancy Gomes	126
3.1.7	Do Mercado Comum à política comum de imigração	José Leitão	128
3.1.8	A regulação internacional das migrações e refugiados	Fernando Amorim	130
3.1.9	Refugiados e deslocados no mundo pelos conflitos regionais	Teresa Tito de Morais	132
3.1.10	A mobilidade dos cérebros	João Peixoto	134

3.2 Actualidade das migrações: a emigração portuguesa

3.2.1	As comunidades portuguesas no mundo	Jorge Carvalho Arroiteia	136
3.2.2	Panorama histórico da emigração portuguesa	Maria Luís Rovisco	138
3.2.3	As políticas portuguesas para a emigração	Maria Beatriz Rocha-Trindade	140
3.2.4	Imigrantes portugueses em São Paulo	Alice Lang, Maria Christina Campos e Zeila Demartini	142
3.2.5	Os portugueses nas Américas: Venezuela, Canadá e EUA	Nancy Gomes	144
3.2.6	A emigração portuguesa para a Europa: desenvolvimentos recentes	José Carlos Laranjo Marques	146
3.2.7	A comunidade portuguesa em França (I)	Jorge Portugal Branco	148
3.2.8	A comunidade portuguesa em França (II)	Jorge Portugal Branco	150
3.2.9	O trabalho temporário e as novas formas de clandestinidade	Alexandra Campos e Leonete Botelho	152

3.2.10	Emigração portuguesa para África: residual e concentrada	Ennes Ferreira	154
3.2.11	Portugueses na África do Sul	António Pina	156
3.2.12	A comunidade portuguesa em Macau nos anos 80 e 90	Inês Costa Pessoa	158
3.2.13	Impactos económicos da emigração portuguesa	Helena Patacão	160
3.2.14	Ensino do português no estrangeiro	Teresa Vasconcelos	162
3.2.15	O retorno dos emigrantes	Helena Rato	164
3.2.16	Atitudes e representações dos residentes	Albertino Gonçalves	166

3.3 Actualidade das migrações: a imigração para Portugal

3.3.1	✕ Comunidades estrangeiras em Portugal	Margarida Rebelo	168
3.3.2	História da imigração em Portugal (I)	Maria Beatriz Rocha-Trindade	170
3.3.3	História da imigração em Portugal (II)	Maria Beatriz Rocha-Trindade	172
3.3.4	As políticas portuguesas de imigração	Maria Beatriz Rocha-Trindade	174
3.3.5	Direitos dos imigrantes em Portugal	José Leitão	176
3.3.6	População africana em Portugal: um mosaico social e cultural	Fernando Luís Machado	178
3.3.7	A comunidade brasileira em Portugal	Carlos Vianna	180
3.3.8	Estrangeiros da UE. uma imigração qualificada	João Manuel Rocha	182
3.3.9	Imigrantes da Europa do Leste	Cristina Portella	184
3.3.10	A etnia cigana em Portugal	Paulo Machado	186
3.3.11	A situação profissional das mulheres imigrantes	Brígida Brito	188
3.3.12	Imigração ilegal em Portugal: padrões emergentes em inícios do séc. XXI	Jorge Malheiros e Maria Ioannis Baganha	190
3.3.13	✕ Refugiados em Portugal	Teresa Tito de Morais	192
3.3.14	O impacte económico da imigração em Portugal	Helena Rato	194
3.3.15	A emigração e seus efeitos na economia cabo-verdiana	João Estevão	196
3.3.16	O associativismo dos imigrantes em Portugal	Lígia Ferreira e Telma Viegas	198
3.3.17	Racismos em Portugal: a etnicização e a racialização de minorias	Diniz Lopes	200
3.3.18	Portugal, uma sociedade multicultural	Maria Beatriz Rocha-Trindade	202

4 Colaboradores

Colaboradores	206
---------------	-----

O associativismo dos imigrantes em Portugal

O carácter recente da imigração explica que apenas em 1999 tenha sido aprovado em Portugal, pela Assembleia da República, o Regime Jurídico das

Associações de Imigrantes (Decreto-Lei n.º 115/99), existentes desde a década de 70. De facto, podemos distinguir três grandes fases no movimento associativo de origem imigrante em Portugal:

- uma primeira fase de intervenção de emergência, que marcou toda a década de 80, mas que se inicia em meados dos anos 70 com a vinda de um grande contingente de cidadãos africanos das antigas colónias portuguesas. É uma fase caracterizada pela criação de associações informais nos locais da Área Metropolitana de Lisboa que foram acolhendo os recém-chegados e onde a população imigrante se foi concentrando. O objectivo subjacente a estas primeiras associações era facilitar a instalação dos conterrâneos, num quadro de ausência de medidas de integração oficiais;
- uma fase de impulso da intervenção das associações como agentes da integração sócio-económica dos imigrantes, que marcou a primeira metade da década de 90, assistindo-se a um rápido aumento do número de associações. De uma associação entre 1970 e 1980 (Casa de Cabo Verde), passou-se para 10 em 1990 e para 78 associações em 1996 (apenas uma não africana, a Casa do Brasil) a que se juntam 10 associações de estudantes africanos. É o período em que as associações dão os primeiros passos na intervenção política em torno da reivindicação de direitos de cidadania dos imigrantes e seus descendentes e investem no desenvolvimento de projectos mais integrados e de longo prazo;
- uma fase de maturação do movimento associativo, a partir de meados da

década de 90, onde as associações alcançam o reconhecimento formal, pelas instituições políticas, nacionais e locais, do seu papel enquanto agentes de desenvolvimento das comunidades de origem imigrante, assistindo-se à consolidação daquelas que conseguiram entrar na etapa da profissionalização. As associações de origem imigrante em Portugal têm centrado a sua atenção em três grandes domínios de intervenção:

- domínio sócio-económico, que se desdobra na realização de acções de educação não formal (*ateliers* educativos para crianças; *workshops* de dança para jovens), formação profissional (concretizada numa grande diversidade de cursos, estando os mais frequentes integrados no âmbito da mediação cultural mas desenvolvendo-se também cursos de técnicas empresariais ou de amas), prestação de cuidados de saúde, melhoramento das condições dos bairros, promoção da prática desportiva, entre inúmeras outras actividades;
 - domínio cultural, que se traduz na organização de actividades culturais como forma de conservar e transmitir a identidade cultural e que, frequentemente, estão articuladas com o domínio educativo (por exemplo, através da promoção de actividades para a conservação da língua materna);
 - domínio político-legal, concretizado em acções para a comunidade, assentes na informação sobre os direitos e deveres dos imigrantes, e em acções para a sociedade em geral e o Estado em particular, ao defenderem e representarem os interesses das comunidades de origem imigrante (assumindo o papel de interlocutor do Estado).
- Em Portugal, a questão da imigração e do associativismo imigrante ganhou visibilidade com o aumento dos fluxos de imigrantes africanos lusófonos e a adopção da política de imigração europeia no início dos anos 90

[Acordos de Schengen (1991) e Tratado de Maastricht (1992)], assente no controlo das fronteiras como forma de restringir os fluxos imigratórios e a imigração ilegal, segundo o princípio de que tal permitiria às comunidades já estabelecidas uma integração de maior qualidade.

Nessa óptica, é criado o Secretariado Coordenador dos Projectos de Educação Multicultural/ Entreculturas (Despacho Normativo n.º 63/91), no seguimento do Despacho

n.º 123/ME/89, relativo à escolarização dos filhos dos trabalhadores migrantes, mas que não tinha provocado efeitos práticos. Promulga-se legislação vária: a Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/93 aprova medidas de apoio aos imigrantes e minorias étnicas; o Despacho conjunto MAI/ME/MOPTC/MS/MESS (1993), cria a Comissão Interdepartamental para a Integração dos Imigrantes e Minorias Étnicas. Mas, neste período, a principal exigência das associações é o direito à legalização.

Em 1992 realiza-se a primeira legalização extraordinária de imigrantes (Decreto-Lei n.º 212/92) monitorizada pelas associações através do Secretariado Coordenador das Acções de Legalização (SCAL), tendo sido apoiadas financeiramente pelo Estado e desenvolvido parcerias com as centrais sindicais (CGTP/IN e UGT). Este processo marcou a viragem para uma intervenção mais política do movimento associativo, que será reforçada pela institucionalização do diálogo com os partidos políticos. Daqui resulta a eleição para o Parlamento de um representante das comunidades imigrantes nas listas do Partido Socialista [Fernando Ká, presidente da Associação Guineense de Solidariedade Social, (legislativas de 1991) e Celeste Correia, antiga presidente da Associação Caboverdiana, (legislativas de 1995 e de 1999)].

A primeira metade da década de 90 é caracterizada pela crescente interpelação do movimento associativo ao Estado, reivindicando direitos de cidadania que só seriam atingidos com uma efectiva política de integração. O próprio Estado reconhece que existem lacunas nesse campo. Um relatório do Serviço de Informações de Segurança (SIS) do Ministério da Administração Interna sobre "Violência urbana protagonizada por minorias étnicas" (1993), alertava para a necessidade de desenvolver "(...) políticas sociais específicas, que permitam aumentar o potencial de integração dos imigrantes e seus descendentes directos, por parte da sociedade portuguesa".

Mas é necessário esperar pela segunda metade da década, onde se assistiu à eleição de um governo do Partido Socialista, para as vozes das associações serem ouvidas. Cria-se o cargo de Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas - ACIME (Decreto-Lei n.º 3-A/96) que fornece às associações, pela primeira vez, um intermediário no diálogo com o Governo. Realiza-se, em 1996, o segundo processo de legalização extraordinária de imigrantes (Lei n.º 17/96). A Lei n.º 20/96, permite às associações de imigrantes e de defesa dos direitos humanos constituírem-se como assistentes em processo penal no caso de crimes de índole racista ou xenófoba. Reforçam-se os direitos de cidadania dos imigrantes (Lei n.º 50/96) que, alterando a lei eleitoral, permitiu o direito de voto e de elegibilidade para as autarquias locais, em condições de reciprocidade, aos cidadãos estrangeiros. Publica-se o Despacho conjunto n.º 304/98 do Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e da Solidariedade, que reconhece legalmente a figura do mediador cultural para a educação. Cria-se um Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (Decreto-Lei n.º 39/98), no âmbito das

competências do ACIME, e uma Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, no quadro da lei que proíbe a discriminação no exercício de direitos por motivos de "raça", cor, nacionalidade ou origem étnica (Lei n.º 134/99).

A tendência vivida actualmente no movimento associativo de origem imigrante em Portugal é a profissionalização de as associações e a incidência na formação profissional. A entrada nesta etapa depende da capacidade das associações acederem aos subsídios estatais disponibilizados pelo Quadro Comunitário de Apoio I [1986-1993], Quadro Comunitário de Apoio II [1994-1999], e por programas europeus, como a Iniciativa Operacional INTEGRAR, (alargamento das perspectivas de emprego de excluídos ou ameaçados de exclusão laboral), o YOUTHSTART (integração de jovens sem qualificações de base no mercado de trabalho), o HORIZON (alargamento de emprego aos deficientes) e o NOW / New Opportunities for Women (promoção da igualdade de oportunidades para as mulheres no emprego). A intervenção associativa vai concentrar-se na área da formação profissional, uma vez que estes programas dão maior prioridade ao financiamento de acções nessa área, sendo de destacar a emergência de uma nova geração de líderes associativos que nasce, sobretudo, da formação em animação ou mediação sociocultural, uma grande aposta das associações para a integração das comunidades de origem imigrante. Em 1999, as minorias étnicas (não só as de origem africana, como também os ciganos e os indianos) foram o segundo grupo-alvo dos cursos de formação (a seguir ao grupo dos jovens em risco), representando 24,66% do total dos formandos (em 1998 constituíram o primeiro grupo, com 31,1%). Também o Rendimento Mínimo Garantido (RMG)

ASSOCIAÇÕES DE IMIGRANTES e/ou DESCENDENTES DE PAÍSES DA CPLP

Área Metropolitana de Lisboa

A. Africana do Barreiro
 A. Africana de Moçambique em Portugal - AAMO
 A. dos Angolanos Residentes em Portugal - NOVAGER
 A. dos Amigos da Encosta Nascente
 A. dos Amigos da Mulher Angolana - AAMA
 A. CaboJovem
 A. Caboverde Na Coração
 A. Caboverdiana
 A. Caboverdiana do Seixal
 A. Caboverdiana de Setúbal
 A. Caboverdiana de Solidariedade dos Amigos da Margem Sul do Tejo
 A. de Coordenação e Integração dos Migrantes Angolanos - ACIMA
 A. Cultural e Desportiva da Pedreira dos Húngaros
 A. Cultural Luso-Africana MORNA
 A. Cultural Moinho da Juventude
 A. Cultural e Recreativa Angolana - ACRA
 A. Cultural e Recreativa Sãotomense
 A. Espaço da Comunidade Caboverdiana em Portugal - EC-CO
 A. Estrela d'África
 A. Guineense de Solidariedade Social - AGUINENSO
 AGUIPA
 A. de Jovens Promotores de uma Amadora Saudável
 A. Juntar Mãos
 A. Juvenil Luso-Africana
 A. Luso-Africana de Solidariedade - ALAS
 A. Mãos Unidas da Casa da Alegria
 A. de Moçambicanos em Portugal - ASSOMO
 A. de Moçambique
 A. para a Promoção de Saúde dos Africanos - SANITAE
 A. de Solidariedade de Angola - ASA
 A. de Solidariedade Social, Recreativa, Cultural e Desportiva RECRIJOVEM
 A. Unida e Cultural da Quinta do Mocho
 A. Unidos de Cabo Verde
 A. Unida dos Emigrantes da Guiné-Bissau em Portugal - AUEGBP
 Casa do Brasil
 Casa de Moçambique
 Federação das Associações Caboverdianas em Portugal
 Federação das Associações da Comunidade Lusófona
 Liga de Angola - LIANGOLA
 Liga dos Imigrantes de Países de Expressão Portuguesa - LIPAEP
 SOS Defesa dos Angolanos
 União dos Angolanos no Exterior - UNANGOLA
 União da Juventude Angolana em Portugal - UJAP

Outras Regiões

A. Africana de Solidariedade Social - TABANCA
 A. Caboverdiana do Algarve
 A. Caboverdiana do Norte de Portugal - ACPN
 A. da Comunidade de S. Tomé e Príncipe - ACOSPE
 A. de Juventude Luso-Africana Pontos nos Iis
 Casa de Angola do Algarve

(Lei n.º 19-A/96), traduziu-se, em 1998, na concessão a 4126 beneficiários oriundos de países africanos lusófonos. Hoje as associações de imigrantes integram já o cenário político e social, como parceiros do poder político, a nível nacional e local. A evolução futura do movimento associativo

dependerá do diálogo entre os intervenientes no processo de integração social das populações imigrantes e da capacidade de as associações tecerem equilíbrios entre as expectativas das comunidades e as exigências dos seus interlocutores políticos. ▣